

Produção Orgânica: Uma Alternativa na Agricultura Familiar

Organic Production: An Alternative in Family Agriculture

Alessandra Juliana Caumo ¹

Jefferson Andronio Ramundo Staduto ²

Resumo

Este trabalho analisou a participação das mulheres nas atividades da agricultura orgânica sob uma perspectiva de gênero e, mais especificamente, nas decisões, geração e apropriação da renda, como uma estratégia para o desenvolvimento rural. O estudo foi realizado nos municípios do Oeste do Paraná. Na pesquisa foram apresentadas e discutidas as dificuldades dos produtores familiares em iniciar e manter-se na atividade orgânica. Os resultados evidenciaram maior participação das mulheres nos processos de planejamento, investimento e comercialização da produção orgânica. Além disso, ocorreram mudanças positivas nas relações intrafamiliares. A participação de mulheres e homens nas atividades orgânicas é uma importante estratégia adotada na agricultura familiar, porque garante maior diversificação, mais renda e melhor qualidade de vida.

Palavras-chave: gênero, agricultura familiar, produção orgânica.

Abstract

This study examined women's participation in the activities of organic agriculture from a perspective of gender and, more specifically, decisions, generating and ownership as a strategy for rural development. The results showed that major participation of women in planning, investment and marketing in the organic production. It was found that the distribution of productive the gender roles have become more balanced. And, it was verified positive changes in intra-family relationships. The participation of women and men in organic activities is an important strategy adopted by family farmers that ensures diversification, income and quality of life.

Key Words: gender, family farms, organic production.

¹ Bacharel em Ciências em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Oeste do Paraná UNIOESTE, Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócios pela Universidade Estadual Oeste do Paraná UNIOESTE. Doutoranda em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Professora na Faculdade Sul Brasil, Brasil. Contato: alecaumo@gmail.com

² Bacharel em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal de Viçosa - UFV, mestre em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa - UFV e Doutorado em Ciências (Economia Aplicada) pela Universidade de São Paulo-FEA/USP, Brasil. Contato: jstaduto@yahoo.com.br

1 Introdução

O artigo avalia a contribuição das mulheres na agricultura familiar na recente expansão da atividade orgânica sob a perspectiva de gênero, como estratégia para o desenvolvimento rural na região Oeste do Paraná. Darolt (2002) aponta que é crescente a participação da mulher nesta atividade, no entanto, ainda são recentes e poucos os trabalhos desenvolvidos sob a ótica de gênero na agricultura orgânica.

A agricultura familiar explora de forma intensiva os recursos escassos disponíveis, mas é possível gerar níveis de renda da agropecuária superiores ao nível de reprodução da família (BUAINAIN et. al., 2005). Este setor da agricultura pode desempenhar um papel socioeconômico importante, fazendo com que o produtor rural consiga gerar renda, qualidade de vida e ocupação no campo que envolva todos os membros da família.

O meio rural apresenta novos contornos e o produtor rural pode oferecer um espaço para o desenvolvimento de atividades como lazer, turismo, conservação da natureza, residência, prestação de serviços (GRAZIANO DA SILVA, 2002). Dessa forma, a agricultura orgânica entra na nova concepção dos estudos da ruralidade, podendo oferecer aos produtores uma melhoria na qualidade de vida, um local de moradia e renda monetária.

De acordo com Carmo (1998), Fernandes Filho e Campos (2003) e Buainain et al. (2005), as estratégias mais importantes para fortalecer a geração de renda na agricultura familiar estão atreladas à agregação de valor aos produtos e à diversificação. As dificuldades encontradas estão relacionadas com a superação da restrição de escala imposta pela pequena propriedade, influenciando nas decisões dos produtores familiares.

A agricultura orgânica se relaciona com a diversificação do consumo em razão da saturação de produtos convencionais e de novos comportamentos sociais e econômicos (CARMO, 1998). Essa produção na agricultura tende a sustentabilidade, e, fundamentalmente a produção familiar, dada a sua característica de diversificação e de integração de atividades animais e vegetais, pela pequena escala com que trabalha, a agricultura orgânica pode representar o lócus ideal ao desenvolvimento de uma agricultura ambientalmente sustentável.

A agricultura orgânica é apontada como uma estratégia de desenvolvimento rural e pode, potencialmente, proporcionar maior retorno monetário aos pequenos produtores familiares. Nesse modelo de agricultura cresce a dinamização do setor de forma eficiente, alocando melhor seus recursos produtivos já escassos. Nesse contexto, a produção da

agricultura orgânica ganha espaço para a geração de renda familiar rural, com a contribuição de todos os membros da família visto que é intensiva em mão de obra, de tal ordem que abre espaço para a efetiva participação da mulher no processo desde a produção até a venda.

A estratégia de desenvolvimento rural é atingida de forma intensa no contexto da diversificação pelas relações de gênero. Grande parte do trabalho da mulher permanece invisível na esfera produtiva. Observando-se forte discriminação quanto à qualidade das ocupações, bem como a de posição subordinada ou cumprem tarefa que são denominadas como uma “ajuda”, mesmo executando as mesmas atividades que os homens (BRUMER, 2004; LOMBARDI, 2006). Há poucas informações sobre a participação da mulher nos novos processos produtivos da agricultura sustentável e sobre o grau de barganha nas decisões intrafamiliares na produção orgânica. Na produção da agricultura orgânica, porém, a mulher normalmente participa do plantio, dos tratos culturais, da colheita e dos serviços da casa, mas faltam pesquisas que levem em consideração a questão da mulher como fator importante para o desenvolvimento dessa atividade.

Este estudo é sobre os municípios do Oeste Paranaense que praticam preponderantemente a agricultura convencional na produção da soja e milho, que se complementam com a criação industrial de suínos e aves. Essa região expandiu a sua produção agropecuária a partir da chamada “revolução verde” no final da década de 1970, que introduziu um padrão tecnológico altamente tecnificado e dependente de insumos industrializados. Nesse contexto regional, a produção orgânica é um desafio aos produtores que foram forçados para produzirem com uso intenso de agrotóxicos e adubos químicos.

2. Desenvolvimento rural: Estratégia e diversificação na agricultura orgânica

O meio rural é lócus onde desdobram os processos econômicos e sociais associados à produção familiar. A agricultura familiar no setor agropecuário tem importante participação na geração do produto e é fundamental para o desenvolvimento das comunidades rurais. Os estudos sobre desenvolvimento rural, assim como, a dimensão espaço-territorial valorizam seus recursos internos à comunidade e o potencial endógeno de desenvolvimento (STADUTO, 2009).

O desenvolvimento rural pode ser atribuído para as discussões sobre a própria ruralidade. O rural brasileiro é muito mais amplo e diversificado do que a atividade agrícola

tradicional. As mudanças a serem realizadas nos espaços rurais do Brasil são complexas e exigem bem mais do que apenas gerar ações técnicas e práticas que estimulam a produção agrícola. Segundo Graziano da Silva, Del Grossi e Campanhola (2002), foi a partir dos anos 1980 que surgiu uma nova configuração do meio rural brasileiro, meio que se compõe basicamente de três grandes grupos de atividades: uma agropecuária moderna, baseada em commodities e ligada às agroindústrias; um conjunto de atividades não agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e um conjunto de “novas” atividades, que até então não tinham importância econômica por não gerarem renda monetária, que agora são impulsionadas por nichos de mercado.

Para Ellis (1998), o desenvolvimento rural associa-se a estratégias de sobrevivência familiares pela diversificação dos modos de vida rurais. A diversificação como estratégia se dá através da possibilidade de os agricultores familiares construírem uma série de atividades econômicas e sociais que garantam as condições de vida, e o desenvolvimento rural reduziria a pobreza em áreas rurais e isso poderia ocorrer através do empoderamento da população rural. Assim, a agricultura orgânica coloca-se nesse contexto de desenvolvimento rural como uma alternativa para a diversificação e até mesmo uma estratégia para os produtores familiares.

No Brasil, a agricultura orgânica começou a ter destaque no cenário nacional a partir do início dos anos de 1980, buscando uma atividade rural que fosse ecologicamente equilibrada, economicamente viável e socialmente justa. E, principalmente, é uma opção para a inserção dos pequenos agricultores no mercado (CAMPANHOLA e VALARINI, 2001).

Para que uma atividade seja considerada orgânica, deve visar: i) a oferta de produtos saudáveis e de elevado valor nutricional, isento de qualquer tipo de contaminação que coloque em risco a saúde do consumidor, do agricultor e do meio ambiente; ii) a preservação e a ampliação da biodiversidade dos ecossistemas, naturais ou transformados; iii) e a conservação das condições físicas, químicas e biológicas do solo, da água e do ar (DAROLT, 2002).

A qualidade dos produtos orgânicos é assegurada pela existência de um Selo Oficial de Garantia, este oferecido por associações de agricultores e firmas, acompanhadas de assessoria técnica e controle fiscalizador. Essas certificadoras garantem a rastreabilidade e a qualidade do produto para o consumidor. O Selo de Certificação de um alimento orgânico fornece ao consumidor a garantia de estar levando um produto saudável. Livre de produtos químicos prejudiciais à saúde, garantindo que esse produto é o resultado de uma agricultura capaz de assegurar a qualidade do ambiente natural, qualidade nutricional e biológica de

alimentos e qualidade de vida para quem vive no campo e nas cidades (PLANETA ORGANICO, 2009).

A certificação dos produtos orgânicos, de acordo com Souza (2000), é muito importante. Quanto mais distante for a relação entre produtores e consumidores, maior será a necessidade de instrumentos formais de certificação da produção. Isso ocorre devido à maior distância entre os agentes e a dificuldade para a comprovação das características inerentes a esses produtos.

Segundo Campanhola e Valarini (2001), há cinco argumentos que sustentam a afirmação da inserção dos agricultores familiares na produção do sistema orgânico. O primeiro está relacionado com a constatação de que *commodities* agrícolas tradicionais requerem escala de produção, enquanto a agricultura orgânica, apesar de utilizar mais mão de obra e ter menor produtividade, tem desempenho econômico melhor em termos de custos efetivos menores, maior relação benefício-custo e maior renda. O segundo argumento informa que os produtores têm características de nicho de mercado, que visam atender um segmento restrito e seletivo de consumidores, tendo disponibilidade de pagar um preço maior por esses produtos.

No terceiro argumento se faz referência à inserção dos pequenos agricultores nas redes nacionais ou transnacionais de comercialização de produtos orgânicos. Nesse caso, porém, esses produtores devem estar organizados em cooperativas ou associações, facilitando a implementação de selos de qualidade, *marketing* de negociação de vendas e de gestão das atividades produtivas. O quarto argumento menciona o fato de os produtos ofertados serem especializados, não despertando o interesse de grandes produtores agropecuários, como, por exemplo, hortaliças e plantas medicinais.

O último argumento informa que o pequeno produtor tem vantagem em relação aos demais grupos de produtores com a diversificação da produção orgânica e com a diminuição da dependência de insumos externos. A diversificação da produção oferece ao pequeno agricultor a vantagem da estabilidade da renda durante todas as estações do ano, assim diminuindo a sazonalidade e, ao mesmo tempo, melhorando a segurança, pois se reduz o risco de quebras na renda devido à flutuação nos preços ou a incidentes naturais e climáticos (CAMPANHOLA e VALARINI, 2001).

Para Ellis (2003), o desenvolvimento rural consiste em um conjunto de iniciativas que visam gerar impactos significativos na melhoria de condições de vida, como observada nas

famílias produtoras de orgânicos, garantindo o desenvolvimento social e econômico nas próprias propriedades e também ambientalmente sustentável.

3. Agricultura e mulher

Os movimentos das mulheres rurais nos anos 1980 contribuíram de forma significativa para a construção de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades de gênero na agricultura (HEREDIA e CINTRÃO, 2006). Apesar de serem recentes os movimentos, já é possível perceber mudanças. Para as autoras, foi a partir da década de 1980 que se iniciaram as primeiras organizações específicas de mulheres, intensificadas no Sul e no Nordeste do Brasil, estimuladas pela Igreja Católica.

De uma forma geral, os movimentos rurais têm tido um papel importante para o alavancamento de políticas públicas, como a luta pela terra na efetivação da política de assentamentos, o movimento sindical na conquista de direitos como a previdência social e um crédito voltado para a agricultura familiar. Desta forma, os movimentos rurais influenciaram na redução das desigualdades entre a zona rural e urbana, e favorecendo principalmente, o acesso das mulheres a direitos e as políticas públicas (HEREDIA e CINTRÃO, 2006).

A dimensão da invisibilidade do trabalho feminino no campo pode ser visualizada, inicialmente, pela proporção de mulheres ocupadas sem remuneração, que é significativamente mais elevada na agropecuária em comparação com os demais setores da economia. Na agricultura familiar, a invisibilidade da mulher é muito forte em razão da produção de autoconsumo (MELO; DI SABBATO, 2005). Para Sen (2000), as mulheres se encontram em posição social, econômica e política inferior ao homem, principalmente nas relações de família. E, quando as mulheres têm a oportunidade de assumir esses papéis, elas têm se mostrado eficientes.

Essas atividades que as mulheres desempenham estão ligadas ao sustento da família e são atribuídas a elas por não gerarem rendimento. O trabalho da mulher é visto como uma extensão do seu papel de mãe, esposa, dona de casa e provedora das necessidades da família. E, no meio rural, o trabalho por elas desempenhado encontra-se na horta e no quintal. Nesse sentido é que se reproduz a invisibilidade do trabalho feminino na agropecuária, continuando a destinar papel de provedor ao homem e de reprodução às mulheres (MELO e DI SABBATO, 2005).

Para Lastarria-Cornhiel (2008), nas últimas décadas o trabalho das mulheres tornou-se mais visível, ampliando e aprofundando o seu envolvimento na produção agrícola e nas oportunidades econômicas apresentadas na agricultura comercial, apresentando uma tendência de “Feminização da Agricultura”. Em termos gerais, o termo “Feminização da Agricultura” refere-se à crescente participação das mulheres na força de trabalho agrícola, seja como produtoras independentes, seja como trabalhadoras familiares pagas ou assalariadas.

De acordo com Lunardi e Souza (2010), a participação da mulher nunca foi alheia ao processo de produção de bens e serviços, ou seja, sua contribuição vai além da subsistência familiar, incorporando novos valores de riqueza social/cultural. Segundo Deere e León (2002), os trabalhos deste aporte têm dado mais importância às questões de identidade e reconhecimento, com ênfase nos direitos reprodutivos e o fim da violência contra as mulheres, ao invés de questões relativas aos direitos de propriedade e redistribuição de renda. Neste artigo, traz essas questões de volta, tentando evidenciar que é difícil falar em reconhecimento sem estabelecer uma ligação com a questão produtiva, como mostrada nos trabalhos de Paulilo (2004) e Deere e León (2002).

4. Procedimentos metodológicos

Para a obtenção dos dados foram aplicados questionários e entrevistas com 15 famílias de produtores orgânicos nas cidades de Cascavel, Nova Santa Rosa, Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes e Toledo, no estado do Paraná. Essa atividade foi realizada no mês de setembro de 2009, nas feiras municipais de cada cidade.

A escolha dos entrevistados se pautou a partir do acesso aos produtores que participam das feiras municipais. Além disso, uma vez que este estudo considera as relações de gênero, não foram entrevistadas somente as mulheres, mas também os homens, para realizar a avaliação das atribuições de cada indivíduo no processo produtivo orgânico.

O conceito de agroecologia sistematiza uma proposta de agricultura abrangente, sustentável em uma perspectiva multidimensional e que é composto pelas dimensões econômica, social, ambiental, cultural, política e ética. O presente estudo está direcionado à agricultura orgânica, portanto um campo menos abrangente que a agroecologia, pois não analisou todos esses requisitos para a existência de uma agricultura agroecológica. Muitos produtores analisados ainda dividem a produção convencional com a produção orgânica, isto

é, cerca de 9 produtores produzem suínos ou aves, utilizando todos os insumos modernos, os quais incluem remédios e outros produtos não ecológicos. Dessa maneira, o trabalho também analisará produtores que adotam o sistema convencional e orgânico simultaneamente.

Os dados dividiram-se entre as informações da agricultura orgânica, identificando as principais dificuldades para a produção, sobre a certificação, comercialização, mão de obra utilizada e os benefícios na propriedade após o início da produção orgânica, em relação à renda familiar, qualidade de vida, qualidade do trabalho, relação familiar e aspecto ambiental.

Na segunda etapa da pesquisa são apresentadas as informações da participação dos membros da família e, principalmente, a participação da mulher na produção orgânica. E ali também analisou se a mulher (esposa) aumentou sua participação nas decisões na atividade orgânica, se ela tem sua renda própria através desse sistema de produção, se a divisão das tarefas mudou e se a relação familiar também mudou com a produção orgânica.

5. Agricultura orgânica no Oeste do Paraná

O início da atividade orgânica parte de uma fase de *conversão* ou de *transição* da propriedade rural, que são os termos utilizados para denominar o processo de mudança do sistema convencional para o sistema de produção orgânico. Envolve processos desde técnicos, normativos, aprendizado e aspectos biológicos que são os principais responsáveis pela demora de conversão. Nesse processo alcança-se o reequilíbrio das populações de pragas e de doenças e das condições do solo, enquanto as questões educativas dizem respeito ao aprendizado, por parte dos agricultores, dos conceitos e das técnicas de manejo que viabilizam a agricultura orgânica. A produção sem o uso de inseticidas, de adubos químicos e de qualquer produto de origem química, tudo substituído por adubos naturais e por compostagem (KHATOUNIAN, 1999).

O fator de produção terra deve passar por um processo de conversão, processo que exige mudanças das técnicas agrícolas utilizadas. Isso depende da habilidade do agricultor, ou seja, do capital humano utilizado na produção orgânica, que está relacionado ao nível de instrução formal e de experiência da aprendizagem adquirida através do cultivo ou a sua inserção em uma rede de aprendizagem, por exemplo, as associações.

Para os produtores orgânicos entrevistados, a principal dificuldade de iniciar na atividade orgânica é justamente a parte de conversão da convencional para o orgânico. O

controle das pragas e das doenças e a obtenção do equilíbrio do solo é o que dificulta em muito a produção:

No início foi muito difícil. Ninguém falava muito nisso há 13 anos, até você conseguir equilibrar o solo e isso ajuda no combate das pragas e doenças. Demora, leva em torno de 05 anos, e até você muda seu hábito de cuidado com solo demora. É difícil converter sua produção, mas aprende também, na maioria das vezes eu aprendi cultivando e plantando mesmo. (ENTREVISTA REALIZADA, 2009).

As propriedades pesquisadas são constituídas por pequenas áreas de terra, pois cerca de 10 delas não possuem mais que uma área total de 10 ha, o que equivale a aproximadamente 4 alqueires. Os produtores orgânicos enfrentam a negligência e desrespeito no manejo da produção dos vizinhos que tem produção convencional, em especial quanto à aplicação dos herbicidas, pois pode afeta diretamente a produção orgânica. Constatou nas falas dos entrevistados uma pressão discriminatória.

Para manterem-se na atividade orgânica, as principais dificuldades são os preços e a falta de mercado para as vendas. O preço é considerado um entrave para a expansão da produção orgânica. A baixa escala de produção implica maiores custos de mão de obra, insumos naturais despendem muita força de trabalho, custos de certificação e as perdas econômicas durante o processo de conversão, por unidade de produto, o que se reflete no relativo aumento dos preços médios.

Nos produtos orgânicos, o consumidor considera o atendimento de suas necessidades, benefícios a sua saúde em consumir um produto livre de agrotóxico, considerado como “produto natural” e de alta qualidade. Os agricultores enfrentam, no entanto, problemas com a receita e a falta de informação dos consumidores muitas vezes limitam a venda, pois não entendem que os preços estejam acima de 30% a 50% mais caros que os produtos convencionais.

Esta qualidade dos produtos orgânicos é assegurada pela certificação, que garante a qualidade desses produtos para o consumidor, no entanto, para os produtores, a dificuldade de certificação reside na burocracia e nas medidas que devem ser tomadas para que não ocorra o contágio por produtos químicos e, principalmente, por agrotóxicos. Atualmente, pelo resultado das entrevistas, 5 dos entrevistados declararam possuir o selo de certificação, mas aproximadamente 10 produtores já tiveram o selo e desistiram da certificação por não conseguir mantê-lo em razão do alto custo. Deste total, apenas 5 produtores estão

encaminhando novamente os selos e os que não têm interesse na certificação representam 3 dos entrevistados.

Na construção da estratégia de desenvolvimento rural, a organização dos produtores familiares é apontada como um instrumento fundamental para a viabilização da produção orgânica. A participação dos agricultores familiares em organizações ou redes promove alternativas de canais de comercialização e as trocas de informações e experiências. Nesse sentido, 12 agricultores participam das associações de produtores orgânicos da sua cidade e 3 do Sindicato Rural, evidenciando que as organizações fazem que obtenham melhores resultados e acesso às informações de venda, manejo, cultivo, entre outros atributos.

As feiras municipais são os principais locais de comercialização e os programas governamentais também são fundamentais para a produção orgânica, sendo que todos os produtores participam dos projetos de Merenda Escolar e 10 do Programa Fome Zero, do Governo Federal. A venda realizada nas associações tem a participação de 53% da comercialização da produção orgânica.

O uso da mão de obra é intensivo na produção característica das pequenas unidades produtivas (agricultura familiar), além do fato de a agricultura orgânica ter como fundamento a redução do uso de insumos externos, que demandam capital giro, geralmente escasso nesse tipo de agricultura. Os produtores entrevistados utilizam a família para a produção, todos os membros participam desde o preparo da terra e plantio. E três produtores utilizam o contrato temporário, e a preferência de contrato é por homens, por ser um trabalho que exige força, mas manifestaram, no entanto, dificuldades de manter a mão de obra empregada. Quando se necessita de pessoas para trabalhar sem ser da família, os produtores não conseguem contratar, isso pela ausência de mão de obra disponível e pelo alto custo.

No Gráfico 1 foi utilizada a Escala Likert, na qual se atribuem notas de 0 a 9 para vários atributos da produção orgânica em relação à convencional, segundo a percepção do informante, sendo que 0 péssimo e 9 muito bom. A pesquisa demonstrou melhora da qualidade de vida dos produtores orgânicos, seja na relação familiar e seja no aspecto ambiental. As variáveis de qualidade de vida e de saúde foram as mais expressivas, pois o não uso de agrotóxico evita o contágio pelo veneno e favorece o desaparecimento de várias enfermidades.

Na relação familiar, a melhora se atribui à necessidade de mais interação dos membros da família, a qual se manifestou pela intensificação das conversas para o planejando da produção. Esse aspecto é fundamental para a sobrevivência e para o aumento da eficiência

econômica de longo prazo. Além disso, contribui para a própria manutenção e o fortalecimento social e político da categoria da agricultura familiar, pois há um grande problema relacionado à herança e à continuação das atividades, isso pela ausência de uma boa relação familiar e falta de efetivo planejamento.

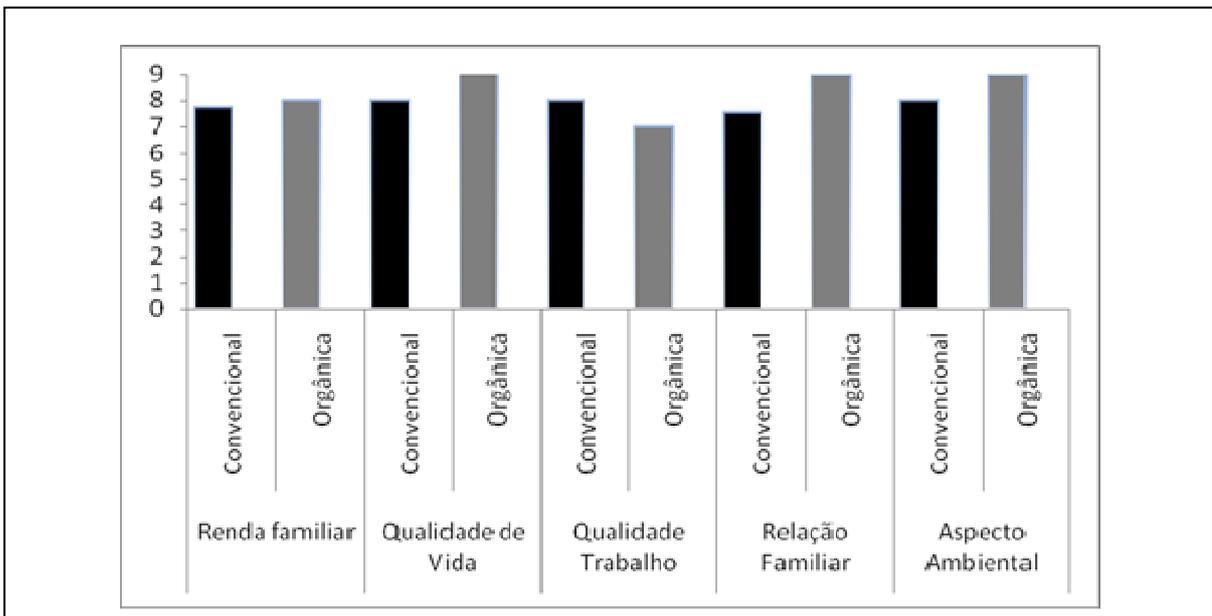


Gráfico 1 - Vários Atributos da Produção Orgânica em Relação à Convencional

Fonte: Pesquisa de campo.

A qualidade do trabalho apresentou o pior desempenho na avaliação, obtendo apenas uma nota 7,0 na produção orgânica. Isso se deve ao maior dispêndio laboral dos membros da família, pois a atividade é intensiva em mão de obra, de fato não expressa a maior salubridade das atividades, porque não tem veneno. No aspecto ambiental a percepção entre a produção convencional e tradicional não parece tão expressiva, porque vários dos produtores estavam apenas iniciando no processo orgânico, e o solo não estava ainda totalmente equilibrado com o meio ambiente. Apenas três produtores consideram que o solo já está equilibrado com o meio ambiente, evitando os riscos de contaminação pelas pragas e pelas doenças.

6. Agricultura orgânica e a participação da mulher

As entrevistas com os produtores orgânicos demonstraram grande participação dos membros da família e, principalmente, das mulheres na produção orgânica. Entre as 15 famílias pesquisadas, em 11 delas, os homens (titulares da família) eram os responsáveis, porque eles que iniciaram na produção de produtos orgânicos. Em contrapartida, em 4 propriedades, foram às mulheres que iniciaram no sistema e eram as responsáveis.

Em relação à decisão de iniciar no sistema orgânico, o questionário foi respondido pelas mulheres (esposas), revelando o papel dela nessa decisão. Quando a decisão foi tomada pelo homem (marido), 11 das mulheres (esposas) os apoiaram, porque entenderam que seria bom para a família iniciar em uma atividade em que o pequeno produtor não se sente excluído do processo, mas se torna um agente. Nas propriedades em que a mulher tomou a decisão, a justificativa foi à motivação em participar do processo produtivo, do qual não participavam quando era convencional, e até mesmo eram excluídas.

Para quantificar e discutir a participação dos membros envolvidos no processo foi pesquisado as tarefas desenvolvidas pelos homens e pelas mulheres na propriedade: preparo da terra, plantio, contabilidade da propriedade, receita da atividade, responsável pela comercialização e pelo planejamento do que produzir, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 - As Atividades Desenvolvidas pelo Homem e pela Mulher na Produção

	Homem			Mulher		
	Regular	Ocasional	Não Faz	Regular	Ocasional	Não Faz
Preparo da Terra	15	-	-	10	-	4
Plantio	15	-	-	15	-	-
Contas da Propriedade	11	4	-	4	8	2
Administração	11	4	-	4	8	2
Receita*	11	4	-	4	8	2
Responsável Comercialização	8	5	2	7	5	2
Planejamento da	8	-	7	7	-	7

Produção						
Total Entrevista	15			14		

Fonte: Pesquisa de campo.

No preparo da terra e no plantio, todos os homens participavam do processo. Já as mulheres, 10 participam do preparo da terra e todas participam do plantio. Na contabilidade da propriedade (receita e administração) os resultados são os mesmos, com 11 dos homens sendo responsáveis e as mulheres aparecendo com 4. Em relação à receita, em 11 das respostas é o homem que se apropria da renda. Assim, apesar de a mulher ter forte atuação nos processos produtivos, tem, porém, parcela reduzida na participação da receita (4). Na responsabilidade da comercialização se observou que a mulher tem maior participação (7). Já para os homens, 8 são responsáveis pela comercialização. A falta de autonomia social e política das mulheres são ilustradas pela proibição de um dos produtores entrevistados de que a mulher respondesse as perguntas do questionário.

Para analisar e comparar melhor a participação da mulher usando a Escala Likert, foi atribuído notas de 0 a 9 em comparação com a produção convencional e a nas produções de orgânico, sendo que 0 indica nenhuma participação e 9 total participação no sistema convencional ou orgânico (Gráfico 2): renda da família, influência nas decisões do planejamento da produção, influência nas decisões de venda e influência nas decisões de investimento. Observa-se melhora na participação e na decisão da mulher comparando-a com a agricultura convencional.

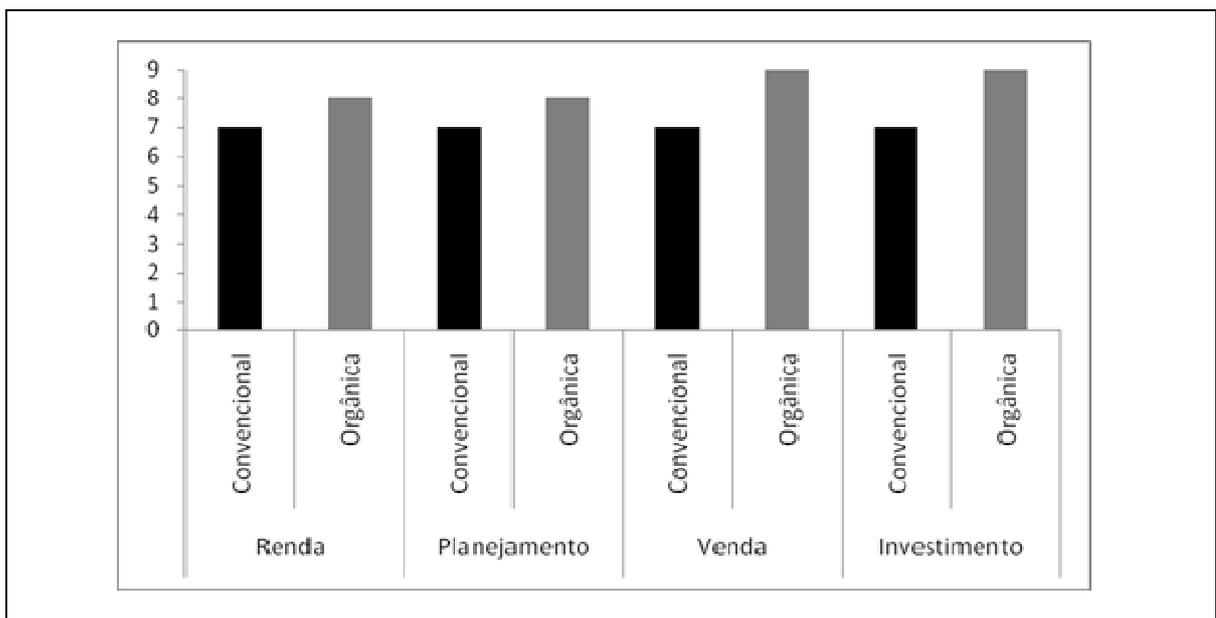


Gráfico 2 - Participação e Decisão da Mulher na Produção Orgânica

Fonte: Pesquisa de campo.

A variável mais expressiva foi a venda, seguida do investimento e planejamento. Em quatro propriedades efetivamente foi à mulher que iniciou a produção orgânica, tendo a possibilidade de ter sua renda e não precisando dividir com o homem, e gasta nas despesas relacionada ao bem-estar da família:

Antes de produzir a agricultura orgânica, meu Marido trabalha com a convencional até hoje. Eu não tinha minha renda. Agora é diferente, eu produzo, eu vendo. Então, é minha renda. Claro que ajudo meus filhos, compro as coisas para a casa, mas é fruto do meu trabalho e ainda remunerado por ele. (ENTREVISTA REALIZADA, 2009).

No total das mulheres entrevistadas, 9 demonstraram o aumento da participação das delas (esposas) nas decisões das atividades na propriedade com o início da atividade orgânica é em razão das conversas entre os membros do núcleo familiar se intensificarem, ou mesmo em muitos caso se iniciaram com o objetivo de fazer o planejamento, investimento, produção e venda. Este tipo de interação familiar praticamente não acontecia no sistema convencional. No entanto, para 35% das entrevistadas alterou a participação das mulheres, não havendo diferença de um sistema de produção para o outro. Segundo Dona Maria:

Mudou bastante. Antes eu não falava nada. Ele que fazia (se referindo ao Marido) tudo, e eu ficava cuidando da casa. Hoje, tomei a frente de tudo aqui na propriedade. Eu que quis entrar na agricultura orgânica e tentar algo novo na propriedade. Eu me esforcei tanto para conseguir que eu sou a presidente da Associação, vou a reuniões, participo de palestra, chamo famílias que estão interessadas, mas estão indecisas de participar. Antes eu ficava só em casa. Agora meu Marido me apoia. (ENTREVISTA REALIZADA, 2009).

De acordo com as entrevistas realizadas, percebe-se uma mudança no comportamento da mulher em relação às decisões tomadas na família, pois elas participam não apenas das decisões intrafamiliares da sua família, mas também na sociedade, como o caso da Dona Maria, que é presidente da Associação dos Produtores Orgânicos de Quatro Pontes - APOQP. Além disso, a importância de quantificar essa participação mostra que ela está desenvolvendo as relações de empoderamento e se envolvendo em processos sociais, políticos e culturais.

Para Oliveira (p. 22, 2006), o empoderamento “[...] é o processo de ganhar poder, tanto para controlar os recursos externos, como para o crescimento da autoestima e

capacidade interna, são as pessoas que se empoderam a ‘si mesmas’, ainda que os agentes externos de mudanças possam catalisar o processo ou criar um ambiente de apoio”. Segundo Deere e León (2002), o empoderamento acontece quando a mulher começa a dividir as responsabilidades que anteriormente eram exclusivas do homem (titular da família) para o sustento da família. Nas estratégias de desenvolvimento rural, a diversificação da propriedade tem forte relação com a participação da mulher contribuindo de forma significativa, isso sendo possível quando ela tem acesso não só às responsabilidades da família, mas também às da produção.

A mulher tem intensa participação em atividades não remuneradas, o qual lhe ausenta à participação de qualquer fonte de renda. Entretanto, quando participa em atividades produtivas e está contribuindo para geração da renda, não a garante que tenha acesso a esta renda, pois o homem (marido) que faz a sua repartição de acordo com as regras sociais e não econômicas. As mulheres entrevistadas foram questionadas sobre a renda própria na produção orgânica, sendo que cerca de 4 têm sua própria renda através da agricultura orgânica, 5 de aposentadorias e em 5 não se alteraram. Este percentual não parece muito robusto para qualificar que houve mudanças consistentes nas relações intrafamiliares de poder.

Na questão do empoderamento, as mulheres podem ganhar mais autonomia na reprodução e na produção, mas se observa, no caso das mulheres analisadas, a maior autonomia do ponto de vista produtivo, participando e desenvolvendo as atividades de produção que envolve a família. Já na reprodução ainda sofrem com desigualdade nas relações gênero. Entretanto, na expansão da agricultura orgânica, o que se espera é que os homens sejam mais sensíveis a essas relações, visto que, enquanto produtores orgânicos em vários aspectos também são discriminados e pouco respeitados, pois são produtores “estranhos” ao seu território, que é liderado por produtores convencionais. Assim, pelas entrevistas, percebe-se que os homens se mostraram, em algum grau, sensíveis à falta de igualdade entre os gêneros e isso está fortemente associado também à escolaridade. Os produtores orgânicos apresentam relativamente bom nível de instrução, pois 12 pessoas da amostra têm ensino médio.

7. Considerações finais

Este trabalho avaliou a participação das mulheres nas atividades da agricultura orgânica sob a perspectiva de gênero, como estratégia para o desenvolvimento rural. Para

tanto foram realizadas pesquisas de campo nas feiras municipais dos municípios de Cascavel, Nova Santa Rosa, Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes e Toledo, no estado do Paraná.

A diversificação na agricultura familiar é fundamental para alcançar altos níveis de desenvolvimento rural, por meio de atividades que geram renda monetária e qualidade de vida. O meio rural brasileiro tem demonstrado sua amplitude e diversificação na produção através de novas atividades que antes eram consideradas com pouca importância, e isso tem gerado uma nova oportunidade de desenvolvimento de atividades econômicas e sociais, configurando a nova ruralidade. E essas novas atividades são dinamizadas por nichos de mercado, como é o caso da agricultura orgânica, na qual há intensa participação de todos os membros da família, inclusive a das mulheres.

A agricultura orgânica, ao contrário da convencional, não visa apenas o aumento da produção e produtividade, e se utiliza fundamentalmente das dimensões da sustentabilidade ambiental, da capacidade de a agricultura familiar poder participar do processo produtivo. Por outro lado, há consumidores que buscam produtos com estas características, de tal ordem que contribui para a formação de nichos de mercados. As políticas públicas auxiliam programas de governo: Programa Merenda Escolar e Programa Fome Zero.

Em relação à produção dos orgânicos, a principal dificuldade de iniciar a atividade de acordo com os produtores está relacionada com a conversão da produção convencional para orgânica, isto pode contribuir para gerar desconfiança no consumidor sobre a qualidade do produto. A minimização desses problemas pode ser alcançada pela certificação, no entanto, os produtores enfrentam problemas burocráticos e de altos custos.

Todos os produtores orgânicos tiveram aumento da qualidade de vida em razão das práticas ecológicas aplicadas na produção orgânica, com isso melhorando os aspectos ambientais e reduzindo os problemas de saúde da família.

A divisão das tarefas da propriedade, ainda, não se apresenta mais equilibrada no sistema de produção orgânico em alguns aspectos como distribuição de renda, ou mesmo, na administração. As mulheres se envolveram mais com a propriedade, participando desde o preparo da terra e no plantio. A comercialização, o planejamento da produção e do investimento, não de representou um número significativo de melhorias. Observou-se um aumento da sua participação nas decisões das atividades na propriedade, ganhando espaço nas decisões, de tal ordem aumentando o empoderamento das mulheres na esfera produtiva, bem como na esfera pública como é o caso da presidente dos Produtores Orgânicos de Quatro Pontes – APOQP.

Referências

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista Economia Aplicada**, São Paulo: v. 4, n. 2, p. 379-397, abr./jun. 2000.

BUAINAIN, A. M. et alii. Peculiaridades regionais da agricultura familiar brasileira. In: SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. (Orgs.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos, SP: Edufscar, 2005.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: V. 12, n. 1, p. 205-227, jan./abr. 2004.

CAMPANHOLA, C.; VALARINI P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 18, n. 3, p. 69-101, set./dez. 2001.

CARMO, M. S. do. A produção familiar como lócus ideal da agricultura sustentável. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 1-15, 1998.

DAROLT, M. R. **Agricultura orgânica: inventando o futuro**. Londrina, PR: IAPAR, 2002.

DEERE, C.; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2002.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: v. 12, n. 1, p. 175-204, jan./abr. 2004.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. **Journal of Development Studies**, v. 35, n. 1, October, p. 1-38, 1998.

ELLIS, F. Rural livelihoods and diversity in developing countries. **Journal of Development Economics**, v. 70, n. 1, February, 248-252, 2003.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-70, 2004.

FERNANDES FILHO, J. F.; CAMPOS, F. R. A indústria rural no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Rio de Janeiro: v. 41, n. 3, nov./dez. 2003.

GASSON, R.; WINTER, M. Gender relations and farm household pluriactivity. **Journal of Rural Studies**, v.8, n.4, p. 387-397, 1992.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M.; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, n. 1, v. 19, p- 37-67, jan./abr. 2002.

HEREDIA, B. M. A. de; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 9, p. 1-28, jan./jun. 2006.

INSTRAW. **Conceitos de gênero no planejamento do desenvolvimento**. Uma abordagem básica. DF: Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal – GDF, 1995.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

KARAM, K. F. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Revista Estudos Femininos**. Florianópolis: v. 12, n. 1, p. 303-320, jan./abr. 2004.

KHATOUNIAN, C. A. Estratégias de conversão para a agricultura orgânica. In: AMBROSANO, E. **Agricultura ecológica**. Guaíba, RS: Livraria e Editora Agropecuária, 1999. p. 57-71.

LASTARRIA-CORNHIE, S. Feminización de la agricultura en América Latina y África Tendencias y fuerzas impulsoras. In: RIMISP Centro Latinoamericano para El Desarrollo Rural, **DEBATES Y TEMAS RURALES**, n. 11, p. 01-25, 2008. Disponível em: <http://www.rimisp.org/FCKeditor/UserFiles/File/documentos/docs/pdf/DTR_No.11 - Lastarria.pdf>. Acesso em: 10 set. 2010.

LOMBARDI, S. P. M. **Desenvolvimento rural e gênero**: a participação das mulheres na organização de um movimento social, o caso da Crabi - PR. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Toledo, 2006.

LUNARDI, R.; SOUZA, M. de. Desenvolvimento Rural e Gênero: análise do perfil sócio-econômico e do trabalho das mulheres rurais gaúchas no turismo. **Anais...** VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural. América Latina: realineamientos políticos y proyectos em disputa. Recife: Porto de Galinhas, 15 a 19 de novembro de 2010. (CD-ROM)

MELO, H. P.; DI SABBATO, A. **Mulheres rurais: invisíveis e mal remuneradas**. IN: Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul. Ministério Do Desenvolvimento Agrário, NEAD: Brasília, Debate 9, 2005.

OLIVEIRA, M. de L. S. **Mulheres na liderança, relações de gênero e empoderamento em Assentamentos de Reforma Agrária**: o caso do Saco do Rio Preto em Minas Gerais. Tese (Doutorado em Ciências) – Agricultura e Desenvolvimento e Sociedade – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

PAULILO, M. I. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 12 (1), p. 229-252, jan/abril, 2004.

PLANETA ORGÂNICO. Quem certifica. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br>>. Acesso em: 3 abr. 2009.

SACCO DOS ANJOS, F. Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural **no Sul do Brasil**. Pelotas, RS: EGUFPEL, 2003. 374 p.

SARTI, C. A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Caderno Pagu**, São Paulo, n. 16, p. 31-48, 2001.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira e revisão técnica Ricardo Dominelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. **Desigualdade reexaminada**. Tradução Ricardo Dominelli Mendes. São Paulo: Editora Record, 2001

SOUZA, C. M. de. Produtos orgânicos. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Orgs.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000.

STADUTO, J. A. R. Desenvolvimento e gênero: um olhar para o rural. In: XIV Encontro Nacional de Economia Política, 2009, São Paulo. Crise financeira mundial e as alternativas de desenvolvimento para a América Latina. São Paulo: SEP, 2009. v. 1. p. 1-1.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho vargista ao zoneamento ecológico-econômico. **Anais...** XIX Encontro Nacional de Economia, Salvador, dezembro de 2001.

WANDERLEY, M. de N. B. **A ruralidade no Brasil moderno**. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. Enpublicacion: ¿Una nuevaruralidad en América Latina? Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001.